

MARIA DE LURDES PEREIRA

A INDEMNIZAÇÃO
DE DESPESAS INUTILIZADAS
NA RESPONSABILIDADE
OBRIGACIONAL

•



GESTLEGAL

ÍNDICE

Nota introdutória.....	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. INDEMNIZAÇÃO DAS DESPESAS DE PREVENÇÃO, INCLUINDO OS CUSTOS DE CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS	41
2.1. Introdução.....	41
2.2. Breve súmula crítica dos argumentos contrários à indemnização das despesas de prevenção	51
2.3. Breve descrição crítica dos fundamentos e enquadramentos dogmáticos propostos na jurisprudência e doutrina para a compensação de despesas preventivas.....	73
2.4. Ausência de analogia relativamente à indemnização de despesas inutilizadas.....	115
3. A INDEMNIZAÇÃO DE DESPESAS INUTILIZADAS E AS TEORIAS DA FRUSTRAÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO	119
3.1. Introdução.....	119
3.2. A primeira versão da teoria da frustração.....	131
3.3. Desenvolvimentos posteriores da teoria da frustração	139
3.4. O argumento da excessividade das indemnizações e/ou da incapacidade dos critérios propostos pela doutrina para restringir a indemnização a delimitarem convenientemente. Críticas análogas.....	155
3.5. A crítica da falta de dignidade delitual do fim que com as despesas se visava alcançar	167
3.6. A irrelevância da despesa como argumento na solução do problema da indemnização do «dano de frustração». A irrelevância do «dano de frustração» como argumento para a indemnização de despesas.....	186
3.7. O óbice da falta de causalidade	196
3.8. A construção de Mertens (doutrina do dano funcional)	202

3.9. A construção de Schobel	209
3.10. A posição de Gomes da Silva	217
4. A PRESUNÇÃO DE RENTABILIDADE E A PRESUNÇÃO DE EQUIVALÊNCIA	221
4.1. Origens, evolução e diversidade da presunção de rentabilidade e da presunção de equivalência	221
4.2. Crítica da «presunção» de equivalência	249
4.3. Crítica da presunção de rentabilidade	261
5. FUNDAMENTOS ALTERNATIVOS DA RESPONSABILIDADE DO DEVEDOR POR DESPESAS INUTILIZADAS	267
5.1. Despesas cognoscíveis do credor como um critério imanente ao contrato de avaliação do seu interesse no cumprimento. Crítica.....	270
5.2. Indemnização de despesas e tutela da confiança.....	276
a. Introdução.....	276
b. As construções de Wiedemann, Georg Müller, Hans Stoll e Müller-Laube	280
c. A tese de Carneiro da Frada	288
d. A indemnização do dano de cumprimento como manifestação de tutela positiva da confiança e a dedução, por maioria de razão, da indemnizabilidade do interesse negativo. Crítica.....	290
e. Responsabilidade pela confiança e indemnização de despesas. Crítica	298
5.3. A tese de Ackermann	310
6. A INDEMNIZAÇÃO DE DESPESAS INUTILIZADAS NO § 284 BGB.	323
6.1. Antecedentes jurisprudenciais e doutrinários.....	323
6.2. Antecedentes legislativos.....	326
6.3. Reações críticas.....	334
6.4. Jurisprudência	337
6.5. Relação com a presunção de rentabilidade.....	341
6.6. A <i>factispecies</i> do § 284 BGB: o conceito de despesas. O problema da aplicabilidade à contraprestação, ao emprego de coisas e de força de trabalho do credor e aos danos decorrentes da renúncia a oportunidades negociais alternativas.....	343
6.7. A <i>factispecies</i> do § 284 BGB (cont.): aplicabilidade à violação de obrigações legais.....	352
6.8. A <i>factispecies</i> do § 284 BGB (cont.): a exigência de confiança na obtenção da prestação. O problema das despesas anteriores à constituição do dever de prestar	355
6.9. A <i>factispecies</i> do § 284 BGB (cont.): a frustração do fim da despesa (<i>Vergeblichkeit</i>).....	361

6.10. A <i>factispecies</i> do § 284 BGB (cont.): despesas que o credor estava equitativamente autorizado a fazer.....	368
6.11. A <i>factispecies</i> do § 284 BGB (cont.): a frustração do fim da despesa ocorreria por causas diversas do não cumprimento.....	376
6.12. A <i>factispecies</i> do § 284 BGB (cont.): a alternatividade da indemnização de despesas relativamente à «indemnização em substituição da prestação»....	381
6.13. A <i>factispecies</i> do § 284 BGB (cont.): necessidade de resolução.....	389
6.14. O § 284 BGB e a culpa do lesado.....	390
6.15. O enquadramento dogmático e fundamento da indemnização concedida pelo § 284 BGB.....	392
7. O RELIANCE INTEREST NOS DIREITOS DE COMMON LAW.....	421
7.1. Introdução.....	421
7.2. As jurisprudências inglesa e norte-americana sobre o <i>reliance interest</i> . O <i>reliance interest</i> no primeiro e no segundo <i>Restatements of Contracts</i> ...	425
7.3. O estudo de <i>fuller e perdue</i>	433
7.4. Críticas e sequelas da obra de Fuller e Perdue.....	445
8. FUNDAMENTO, CRITÉRIO E LIMITES DA IMPUTAÇÃO DE DESPESAS INUTILIZADAS AO DEVEDOR.....	485
8.1. O fracasso das propostas descritas. A plausibilidade da solução de indemnizar despesas inutilizadas.....	485
8.2. Dispensa de causalidade no cálculo do dever de indemnizar?.....	493
8.3. Um exemplo de dispensa de causalidade fundada na consideração do fim da responsabilidade civil.....	500
8.4. A necessidade de pôr em causa a exigência de causalidade.....	507
8.5. A causalidade nos casos em que entre o facto gerador de responsabilidade e o dano se interpõe uma ação do lesado. A analogia entre o facto que obriga à reparação gerar uma razão (heterónoma) para a decisão de realizar uma despesa e suprimir uma razão (autónoma) da decisão de realizar uma despesa.....	519
8.6. O desaparecimento de uma razão autónoma e necessária da despesa em consequência do incumprimento. A inutilização ou frustração da despesa...	534
8.7. Exigência de verificação dos pressupostos da responsabilidade pela confiança. Despesas feitas na suposição do cumprimento de obrigações legais e despesas posteriores a uma declaração do devedor de que não cumprirá ou que crie dúvidas quanto à sua capacidade ou vontade de cumprir.....	544
8.8. Despesas anteriores à constituição da obrigação.....	550
8.9. Despesas posteriores ao contrato que seriam igualmente feitas, no âmbito de um negócio alternativo dirigido à satisfação das mesmas necessidades do credor.....	568
8.10. Custos fixos (<i>overhead</i>).....	572
8.11. Inutilização parcial da despesa.....	579
8.12. Nova destinação «da despesa».....	584

8.13. Ação contributiva do lesado e inacatamento do ónus de mitigação	594
8.14. A indemnização de despesas realizadas em vista de determinado emprego da prestação	596
8.15. Limites à indemnização de despesas.....	600
a. Generalidades.....	600
b. Exclusão da indemnização fundada no desaparecimento de uma razão necessária da despesa ainda que não houvesse incumprimento	605
c. O limite do interesse contratual positivo	619
d. O <i>expectation cap</i> e a indemnização do <i>reliance interest</i> nos direitos dos países de <i>common law</i> . O limite destinado a dissuadir a <i>overreliance</i>	636
e. O limite da parte final do § 284 BGB.....	646
8.16. Indemnização de despesas inutilizadas e indemnização do interesse contratual negativo. Cumulação da indemnização de despesas inutilizadas com a diferença de valor entre as prestações ou outros componentes do interesse contratual positivo. Indemnização de despesas inutilizadas com a mora.....	657
a. Indemnização de despesas inutilizadas e indemnização do interesse contratual negativo.....	657
b. Combinação numa só indemnização de despesas inutilizadas com determinados elementos do interesse contratual positivo.....	663
c. Indemnização de despesas inutilizadas pela mora	676
8.17. Indemnização de despesas inutilizadas e contratos sinalagmáticos .	678
a. A indemnização de despesas inutilizadas e a restituição da contraprestação. Indemnização de despesas de preparação e execução da contraprestação.....	678
b. A indemnização de despesas inutilizadas em caso de resolução	682
c. Excurso: o problema da cumulação da indemnização do interesse contratual negativo com a resolução.....	685
d. Da função da resolução não se pode extrair qualquer argumento favorável à indemnização de despesas inutilizadas. A questão da indemnizabilidade de despesas inutilizadas é uma questão prévia à questão da cumulação dessa indemnização com a resolução e tem um âmbito que excede os contratos sinalagmáticos.....	697
e. Da eficácia e do fim da resolução não podem deduzir-se argumentos contrários à sua cumulação com a indemnização de despesas inutilizadas	707
f. A cumulação da indemnização de despesas necessárias à preparação e execução da contraprestação com a recuperação da contraprestação.....	710
g. A indemnização de despesas inutilizadas em caso de manutenção do contrato.....	711
8.18. A indemnização dos «custos de oportunidade» (perda de lucros provenientes de oportunidades negociais perdidas).....	713

CONCLUSÕES	725
Resumo.....	751
<i>Abstract</i>	753
Jurisprudência	755
Bibliografia.....	757
Índice.....	777



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt